

REFORMAS URBANAS NO RIO DE JANEIRO: CONTEXTOS DISCURSIVOS DE RESSIGNIFICAÇÃO DO PORTO MARAVILHA

URBAN REFORMS IN RIO DE JANEIRO: DISCURSIVE BACKGROUND CONTEXTS OF PORTO MARAVILHA

REFORMAS URBANAS EN RÍO DE JANEIRO: CONTEXTOS DE FONDO DISCURSIVO DE PORTO MARAVILHA

Ricardo Ferreira Freitas

■ Professor titular do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UERJ. Doutor em Sociologia pela Université René Descartes/Paris

■ E-mail: rf0360@gmail.com.

Vania Oliveira Fortuna

■ Pós-doutoranda no Programa de pós-graduação em comunicação da UERJ. Doutora em comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora dos cursos de Jornalismo e Publicidade da Universidade Veiga de Almeida (UVA).

E-mail: vaniafortuna@gmail.com.

Érica Fortuna

■ Doutoranda no Programa de pós-graduação em comunicação da UERJ. Mestre em comunicação pela UERJ. Graduada em Direito pelo IBMEC.

■ E-mail: erica.fortuna@gmail.com.



RESUMO

Este trabalho investiga o contexto amplo discursivo da “revitalização” da zona portuária do Rio de Janeiro, o Porto Maravilha. Ao aplicarmos a metodologia Análise de Discurso (Orlandi, 1999) na problematização da produção de sentidos do Porto Maravilha, constatamos vestígios de dizeres de reformas urbanas do passado que de diferentes formas eram (re)atualizados pelos discursos do projeto de cidade. Revisitamos, assim, duas grandes reformas urbanas do início do século XX: Pereira Passos (1903-1906) e Carlos Sampaio (1920-1922), recorte que dá a ver aproximações e distanciamentos ressignificados pelos discursos da “revitalização”.

PALAVRAS-CHAVE: COMUNICAÇÃO; CIDADE; DISCURSO; PORTO MARAVILHA.

ABSTRACT

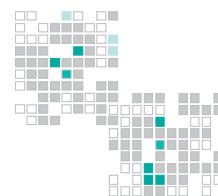
This paper investigates the broad discursive context of the “revitalization” of Rio de Janeiro’s port area, Porto Maravilha. By applying the Discourse Analysis methodology (Orlandi, 1999) to the problematization of the meaning production of Porto Maravilha, we found traces of words of urban reforms of the past that were (re) updated in different ways by the discourses of the city project. Thus, we revisit two major urban reforms of the early twentieth century: Pereira Passos (1903-1906) and Carlos Sampaio (1920-1922), a clipping that reveals approximations and distances re-signified by the discourses of “revitalization”.

KEYWORDS: COMMUNICATION; CITY; SPEECH; PORTO MARAVILHA.

RESUMEN

Este artículo investiga el amplio contexto discursivo de la “revitalización” del puerto de Río de Janeiro, Porto Maravilha. Al aplicar la metodología del análisis del discurso (Orlandi, 1999) a la problematización de la producción de significado de Porto Maravilha, encontramos rastros de palabras de reformas urbanas del pasado que fueron (re) actualizadas de diferentes maneras por los discursos del proyecto de la ciudad. Por lo tanto, revisamos dos reformas urbanas importantes de principios del siglo XX: Pereira Passos (1903-1906) y Carlos Sampaio (1920-1922), un recorte que revela aproximaciones y distancias representadas por los discursos de “revitalización”.

PALABRAS CLAVE: COMUNICACIÓN; CIUDAD; DISCURSO; PORTO MARAVILHA.



Introdução

O mito do Rio de Janeiro como Cidade Maravilhosa foi adotado pelos brasileiros após o nihil obstat dos franceses. A neta de Vitor Hugo, Jeanne Catulle Mendes, em 1912 publicou Rio: la Ville Merveilleuse. Coelho Neto em 1908 já havia utilizado o qualificativo e reivindicou a primazia do codinome. Porém não podia competir com a força homologatória francesa. Coelho Neto tem um prêmio de consolação: pouco antes havia escrito um livro com o título A capital federal. (Lessa, 2000, p. 211)

A eleição do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016 foi o forte argumento do então prefeito Eduardo Paes (2009 – 2016) para colocar em prática intervenções urbanas nos moldes das políticas neoliberais. A mais emblemática foi a “revitalização” da zona portuária, o Porto Maravilha, que desde a sua concepção se imprimia discursivamente como fundamental ao desenvolvimento socioeconômico da cidade. “Revitalizar”, na produção de sentidos da gestão urbana e de grande parte da mídia, se impunha como oportunidade única para atrair investidores, notadamente estrangeiros, turistas e moradores, além da melhoria da mobilidade urbana e da segurança pública.

O símbolo maior do Porto Maravilha foi a obra de modernização da Praça Mauá, que incluiu a construção do Museu de Arte do Rio (MAR) e do Museu do Amanhã. A Praça Mauá surgiu como parte da reforma urbana do prefeito Pereira Passos (1902-1906), período em que também tiveram início as obras de construção do Porto do Rio. Lugar de culturas diversas, a Praça Mauá foi o símbolo da cosmopolitização da cidade do Rio de Janeiro nos anos de 1950. Época de grandes navios de turistas, em cruzeiros que abordavam a América do Sul e não podiam deixar de passar pela “Cidade Maravilhosa”. Época mesma de poderosa imigra-

ção europeia, especialmente de portugueses, mas também de espanhóis e italianos, que se refugiavam nos trópicos à busca de um imaginário menos penoso do que o do pós-guerra.

Ao chegar à Praça Mauá, esses viajantes se impressionavam com os relevos das montanhas no entorno da Baía de Guanabara e com a majestade do edifício *art déco* que sediava o jornal “A Noite” e a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, edificação de 22 andares que marcou o início da tendência verticalista da cidade na década de 1930. No entanto, também foi na década de 1950 que se iniciou a construção do Elevado da Perimetral, que tinha como objetivo facilitar o escoamento de veículos entre a Zona Sul e outras regiões da metrópole. Esse viaduto acarretou um enfeamento do projeto original e a desvalorização dessa região.

Na década seguinte, os aeroportos e os aviões começaram a seduzir parte da clientela que chegava ao Rio pelo mar. A Praça Mauá, porta principal de chegada dos passageiros e navegantes, entrou em decadência turística, mantendo, no entanto, sua magnitude de estratégico porto nacional, posto que também entraria em declínio nos anos seguintes com a construção de outros terminais marítimos mais compensadores, economicamente e tecnologicamente, na orla brasileira. A praça de prostitutas, estivadores, travestis e turistas passou a ser vista como uma espécie de submundo da prostituição e das drogas a partir de 1980, imagem que prevaleceu até o início do século XXI.

A investigação da produção de sentidos do Porto Maravilha no jornalismo nos levou à leitura sistemática de reportagens sobre o projeto de cidade. Nelas, observamos vestígios de grandes reformas urbanas do passado que, de diferentes formas, eram (re)atualizadas pelos atores que se posicionavam nos discursos do projeto de cidade. Esta constatação é um dado importante para a metodologia que aplicamos em nossas pesquisas: a Análise de Discurso. Orlandi (1999) explica que analisar discursos supõe uma atenção detida



às condições de produção do discurso, que compreendem os sujeitos e as situações.

Segundo a metodologia em questão, as condições de produção devem ser observadas em sentido estrito, ou seja, o contexto imediato, e em sentido amplo, o contexto sócio-histórico-ideológico. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo investigar o contexto sócio-histórico-ideológico dos discursos do Porto Maravilha. Para isso, revisitamos as duas primeiras grandes reformas urbanas do Rio de Janeiro, realizadas por Pereira Passos (1903-1906) e Carlos Sampaio (1920-1922), prefeitos que, ao redesenharem esteticamente a cidade para “os olhos do estrangeiro”, o fizeram de forma autoritária e excludente. Queremos apreender “o saber discursivo que foi-se constituindo ao longo da história e foi produzindo dizeres” (Orlandi, 1999, p. 33), suporte para a compreensão da produção de sentidos do Porto Maravilha.

Nesse sentido, identificamos nas reformas urbanas de Pereira Passos e Carlos Sampaio vestígios que dialogaram com o Porto Maravilha. Não sugerimos que os acontecimentos do passado se estabelecem da mesma maneira nos dias de hoje, mas sim que eles se apresentam como possibilidades de observação, em suas matrizes discursivas, das aproximações e distanciamentos que atravessaram os discursos de legitimação do Porto Maravilha.

1. Rio de Pereira Passos

A reforma do prefeito engenheiro Francisco Pereira Passos (1903 – 1906) visava integrar a cidade ao contexto capitalista internacional por meio do embelezamento e da construção de largas avenidas. Começava a maior transformação urbana vista até então no Rio de Janeiro. Uma nova organização do espaço e um novo momento de organização social se impunham. Para que a cidade fosse reconhecida como símbolo do “novo Brasil”, era necessária a modernização do

porto e da área central, que tinham características coloniais.

Para Benchimol (1992), foi uma reforma urbana que impactou de forma violenta a população pobre da cidade. Ações autoritárias do Estado, associadas a interesses do capital privado, desabrigaram dezenas de milhares de trabalhadores, sobretudo pessoas pobres, devido à demolição de prédios e cortiços que representavam o atraso da cidade. O autor chama Passos de “ditador” e de “Hausmann tropical”, numa alusão ao prefeito que no final do século XIX transformou Paris em metrópole industrial moderna, modelo imitado mundo afora.

A modernização do porto era a obra de maior relevância, a base de um sistema integrado que pretendia desenvolver a cidade comercialmente, arrecadar impostos e captar mão de obra estrangeira, buscando uma nova imagem do Brasil no exterior. As intervenções consistiam na modificação do sistema viário com abertura, alargamento e prolongamento das ruas da cidade, ações que traduziam uma visão organicista da cidade, entendida como um corpo que precisava de seus órgãos vitais ligados entre si para o todo funcionar harmonicamente.

As contribuições de Sennett (2006) são primorosas para o entendimento dessa visão organicista da cidade. A relação dos planos urbanísticos com os corpos em movimento se imprimiu a partir das descobertas do médico britânico William Harvey (1578-1657) sobre a circulação do sangue. Segundo Sennett (2006), uma revolução científica que mudou a compreensão sobre o corpo que, associada ao advento do capitalismo moderno, contribuiu para o nascimento do individualismo. Harvey descobriu que o coração bombeava o sangue que recebia das veias através das artérias do corpo, chegando à conclusão que era a circulação que aquecia o corpo pela batida do coração.

A afirmação contrariou a antiga teoria “de que o sangue corria através do corpo aquecido, e que corpos diferentes continham diversos graus



de calor inato` (*calor innatus*) – corpos masculinos, por exemplo, eram mais quentes que o feminino” (Sennett, 2006, p. 216). A saúde dependia, dessa forma, da livre circulação sanguínea e nervosa, paradigma que inspirou o novo pensar sobre o urbano e se materializou nas cidades que se formavam no século XVIII.

Diante de tal associação, a vida saudável da cidade exigia que ar, água e dejetos fossem mantidos em movimento. Os grandes centros europeus passavam a se preocupar com a limpeza urbana, pois, como um corpo saudável, a cidade precisava respirar. Nesse sentido, obras que permitissem a mobilidade urbana e o consumo de oxigênio foram postas em prática por reformadores urbanos. A visão organicista de Pereira Passos seguia uma escola de urbanismo que modernizava o espaço urbano ao mesmo tempo em que valorizava a tradição. Isto fez com que Passos preservasse o Morro da Conceição e contrariasse as demandas de arrasamento do Morro do Castelo, concebidos pelo prefeito como ícones da história, lugares simbólicos da fundação da cidade.

Os discursos do Porto Maravilha reatualizaram a valorização simbólica da zona portuária. O argumento da degradação de um lugar histórico da formação da cidade foi utilizado para legitimar a “revitalização” como caminho único para o resgate do que a gestão urbana considerava patrimônio arquitetônico e cultural esquecido durante anos de abandono pelo poder público. A *Revista Porto Maravilha*¹ citava Pereira Passos e a preservação do Morro da Conceição, na zona portuária, ressaltando que a “revitalização” começava por este local, a “Porta de entrada da cidade maravilhosa, lugar escolhido como ponto de partida da revitalização da região do Porto por abrigar parte importante da história do Rio”. Assim como Passos, Paes valorizava lugares simbólicos de formação da cidade.

1 A *Revista Porto Maravilha* foi um dos principais veículos de comunicação da gestão de Eduardo Paes. Disponível em: <http://www.portomaravilha.com.br/revista/cod/2> - acesso em 6/1/2014.

O morro era uma localização bastante privilegiada. Tanto que, em 1711, quando os franceses invadiram o Rio, os portugueses decidiram construir a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição. Nos séculos XVIII e XIX, a região ficou muito valorizada pelo fato de Dom João ter escolhido a área onde hoje fica a Saúde para a construção do Porto. No século seguinte, o Morro da Conceição acabou sendo preservado na reforma da cidade, liderada por Francisco Pereira Passos, que na época abriu o que hoje conhecemos como Avenida Rio Branco. Infelizmente, há cerca de 20 anos, começou processo de decadência do espaço, que poderá ser revertido a partir da execução deste projeto, conta o historiador Milton Teixeira. (Porto Maravilha – Março – 2010 – nº 1, p.4)

A valorização simbólica da zona portuária como “Porta de entrada da cidade maravilhosa” apontava que o *branding* urbano pelo qual passava o Rio se ancorava no título de “cidade maravilhosa”, que sempre esteve engendrado numa miríade de representações, mas que, diante das Olimpíadas, reorientava-se por receituários globais. A questão da imagem da cidade nos permite retornar à reforma de Pereira Passos. Carlos Lessa (2000) adverte que o Rio de Janeiro como cartão-postal brasileiro começou a ser idealizado na *Belle Époque* tropical, com Passos e a política de saneamento de Oswaldo Cruz.

O “Rio cidade maravilhosa” foi uma produção da República Velha, que precisava de um projeto-símbolo para apagar o atraso histórico e restaurar a autoconfiança da cidade. Para Lessa (2000), a motivação era a mudança de imagem da cidade, e não a melhoria de vida do povo, visto que se ignorava o tecido social já existente. As marchas de carnaval propagavam o “Rio cidade maravilhosa”, título da cidade que se pretendia vitrine do país. Mas as maravilhas, entretanto, contrastavam com o custo social deixado pela escravidão.



A “Paris dos trópicos” coexistia com favelas e cortiços, que precisavam ser expurgados para que a cidade realmente se visse livre do passado que queria esquecer: a alcunha de “Pequena África”. Cerca de 50 anos antes, tinha um terço da sua população nascido na África (Lessa, 2001, p.174). É pela imagem de “maravilhosa” que Pereira Passos inicia a construção do Rio de Janeiro cosmopolita.

Na tentativa de integrar a população ao processo civilizador do urbano, Passos instituiu as Posturas Municipais, substituição de antigas práticas espaciais atrasadas e de mau gosto por uma nova ética. Eram novos usos do espaço público impostos por uma elite que se referenciava em países como França e Inglaterra. Foram proibidos o bumba-meu-boi e outras festas populares, o comércio de carne e a ordenha de vacas em espaços públicos, assim como os quiosques de alimentação que mantinham o hábito de gente pobre comendo em pé. Lessa (2001) explica que, com esse saneamento social, “o circuito visível do carioca neoparisense seria: trabalho-calçada-bulevar-residência; dispensaria na rua qualquer contato visual com o pobre” (Lessa, 2001, p.198).

A imposição de padrões europeus pretendia ordenar uma cidade escravagista e culturalmente heterogênea. Na cidade moderna e cosmopolita que se formava, não cabiam os cortiços e a população pobre que neles habitavam. A abertura de grandes avenidas e o alargamento de ruas no Centro do Rio foram os argumentos para a destruição de habitações precárias e a remoção de seus moradores, desencadeando o que ficou conhecido como o “bota abaixo” de Pereira Passos.

Desde o século XIX, os cortiços foram considerados o *locus* da pobreza, moradias que, por abrigarem trabalhadores e malandros, passaram a ser vistas como antros da vagabundagem e do crime, locais insalubres propícios a doenças e epidemias. Discursos médico-higienistas condenavam esse tipo de moradia pela ameaça que representava

à saúde da população da cidade (Batista, 2003). Medidas governamentais foram implementadas para conter a construção de novos cortiços. No final do século XIX, o mais importante deles, chamado Cabeça de Porco, foi destruído.

Ao investigar o processo de construção das representações da favela enquanto problema social, Valladares (2005) ressalta que o cortiço era considerado o “germe” da favela, pois o Cabeça de Porco possuía barracos e habitações do mesmo tipo identificado posteriormente no Morro da Providência. A pesquisa da autora aponta a ligação direta entre as demolições dos cortiços no Centro da cidade e a ocupação dos morros no início do século XX. Passos agravou a crise habitacional já existente, pois a população pobre removida das áreas das obras ocupou os morros do Centro e os subúrbios.

Valladares (2005) afirma que a existência das favelas é anterior ao aparecimento da categoria favela. O Morro da Favella, que já existia com o nome de Morro da Providência, é emblemático desses estudos. Antigos combatentes da guerra de Canudos se instalaram no Morro da Providência para pressionar o Ministério da Guerra a quitar pagamentos atrasados. Foram eles que deram uma nova denominação ao morro. A autora nos oferece duas razões para isso: além de encontrarem no solo da Providência a planta favella, que dera nome ao Morro da Favella situado no município de Monte Santo, na Bahia, rebatizar o morro carioca com o nome do morro baiano tinha uma conotação simbólica que remetia os soldados à luta de resistência na batalha final.

A denominação favela gradativamente foi atribuída a qualquer aglomerado de barracos, de habitações precárias sem traçado de ruas e serviços, construídos em terrenos públicos ou privados invadidos.

A origem da construção das representações da favela remonta ao início do século XX. Escritores, jornalistas e reformadores urbanos desen-



volveram um imaginário coletivo da favela e de seus moradores a partir de descrições e imagens. A favela começava a ser representada como um lugar diferente, à margem da cidade, que crescia na contramão da ordem urbana e social.

A favela como problema transpareceu na gestão de Eduardo Paes². Obras de mobilidade urbana e do Porto Maravilha eram argumentos para desapropriações e remoções de favelas. A preparação da cidade para as Olimpíadas acelerou projetos de reurbanização de algumas favelas, tratadas pela gestão urbana e pela imprensa como lugares à margem da cidade. No Morro da Providência, reurbanizado dentro do contexto do Porto Maravilha, moradores foram removidos para a construção de um teleférico, idealizado mais para incrementar o turismo na região, visto que a ideia da gestão urbana era que a Providência fosse percebida como um “museu a céu aberto”, e menos para suprimir problemas de mobilidade da comunidade. Esta prática discursiva remonta à gênese de Passos da representação da favela como *locus* da pobreza e lugar à margem da cidade. A gestão de Eduardo Paes reatualizou práticas materiais e simbólicas de “limpeza urbana” que tornavam a cidade mais excludente.

Segundo Eduardo Paes em entrevista concedida ao *O Globo*, principal jornal do Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 2009, “[...] a remoção não é a melhor opção no caso de comunidades já consolidadas. Mas o assunto não pode ser tratado como tabu, nem descartado completamente. Por isso, deve e merece ser discutido pela sociedade”. Paes afirma que “demagogos” constituíram a favela em algo “intocável” para atender a interesses político-eleitorais, criando a ideia da favela como “solução”³. Essa barreira simbólica, para o prefei-

2 De acordo com as pesquisas de Falhauber e Azevedo (2015), até 2013 Eduardo Paes desalojou cerca de 67 mil pessoas.

3 Valladares (2005) explica detalhadamente a mudança de concepção “Da favela-problema à favela-solução”. A pesquisa da autora é uma importante fonte para o questionamento da afirmação de Paes sobre este processo ser fruto de “demagogos”.

to, tornou a favela um “tabu”, assim como intervenções urbanas de remoção. É a partir da tentativa de acabar com esse “tabu” que presenciamos um dos períodos mais violentos da história das remoções de favelas no Rio de Janeiro.

Ressaltamos, nesse sentido, que os discursos do Porto maravilha reatualizavam um já dito por Pereira Passos e pela imprensa hegemônica do início do século XX: a “verdade evidente” de que grandes transformações urbanas são “necessárias” à ordem e ao progresso, e que somente elas “mudam a cara da cidade”. Identificamos essa lógica de produção de sentidos em mais uma emblemática reforma urbana do início dos anos de 1920, comandada pelo prefeito Carlos Sampaio. Mais uma vez, as exigências econômicas e ideológicas pautaram a lógica da reorganização espacial e discursiva para o uso da cidade.

2. Rio de Carlos Sampaio

Embelezamento e saneamento também foram os eixos discursivos de Carlos Sampaio (1920-1922), prefeito que recebeu a missão de preparar o Rio para os festejos de comemoração do centenário da independência. Sedar a Exposição Internacional de 1922 seria o maior desafio do então prefeito. Erguer a exposição no local do Morro do Castelo e entorno tinha uma conotação simbólica que ajudaria a ressignificar a cidade: o progresso “enterrando” os resquícios de um passado colonial. O grande evento era o argumento para legitimar as intervenções urbanas, pois a cidade símbolo da nacionalidade brasileira atrairia os olhos do mundo para si, conforme discurso de Carlos Sampaio por ocasião da instalação do Conselho Municipal, em 1 de junho de 1921.

Nesses três primeiros meses de governo o trabalho do prefeito não poderia limitar-se ao preparo da cidade. Foi-me preciso examinar e estudar todos os ramos da administração municipal, de fato que eu ficasse inteirado das minudencias e mecanismo administrativo e conjuntamente me

dedicasse ao estudo dos problemas mais importantes que exigem solução urgente, a fim de que a capital do Brasil, por ocasião do Centenário, que se aproxima, seja apresentada, sob todos os seus aspectos, em condições de captar a atenção ou a admiração dos estrangeiros, mostrando-lhes que ela tem o direito de ser classificada entre as capitães de primeira ordem. (Correio da Manhã, 2/6/1921, p. 3)

Assim como em Pereira Passos, a reforma urbana de Carlos Sampaio nasceu sob a égide de um mundo imaginário burguês que instituiu um modelo de cidade em que espaços urbanos eram controlados pelo Estado. As metáforas médicas se faziam presentes nos discursos. Crescia a necessidade de “cirurgias urbanas” para a retirada de “pólipos” (morros, sobretudo o do Castelo) que permitissem a circulação do ar, além da abertura de “artérias” (ruas e avenidas) que facilitassem a mobilidade urbana.

Como vimos em Sennett (2006), uma prática discursiva, nascida dos “elos entre a cidade e a nova anatomia” (Sennett, 2006, p.218), de legitimação das reformas urbanas. Os discursos médico-civilizatórios contribuíram para a aceleração de uma nova organização social. A relação entre o saneamento e o arrasamento do Morro do Castelo ficou explícita em várias produções textuais do prefeito.

[...] à extirpação dos três pólipos que tanto concorrem para dificultar a respiração da nossa capital, pólipos fáceis de serem extraídos, aliás sem o perigo da reprodução, e que são formados por essas excrescências do solo, conhecidas sob a denominação de Morro do Senado, Morro de Santo Antônio e Morro do Castelo. (Sampaio apud Kessel, 2001, p. 63)

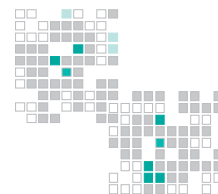
Os elos entre cidade e anatomia persistem nos discursos do Porto Maravilha. A gestão global do espaço se sustenta no eufemismo de palavras

como “revitalização”, “renascimento”, “regeneração”, metáforas médicas e biológicas que trazem a ideia de um novo espaço, de uma nova vida. Boa parte das coberturas jornalísticas reproduziu essa lógica e recorrentemente personificou a cidade para legitimar a cura dos seus males pelo projeto de cidade neoliberal. Vejamos uma reportagem do jornal *O Globo* que ilustra a nossa observação. “A cidade renasce das ruínas”, veiculada em 22 de março de 2010, abordava a forte tendência das cidades à “revitalização” de áreas degradadas.

De ruas mal iluminadas, imóveis abandonados e ocupações irregulares surgem áreas reurbanizadas, com forte potencial de atrair investidores, turistas e moradores. Quase duas décadas após o início das obras que mudaram definitivamente a cara de Puerto Madero, em Buenos Aires, projetos de revitalização de zonas portuárias ou de centros históricos continuam em alta nas metrópoles da América Latina e do Caribe. Essa tem sido uma das principais ações das cidades para mobilizar a economia local e organizar o uso do espaço urbano. [...]. (O Globo, 22/3/2010, p.12)

De volta à reforma de Carlos Sampaio, a análise empreendida por Kessel (2001) sobre vários escritos deixados pelo prefeito identifica uma gestão que compartilhava com a elite um projeto civilizatório para inserir o Brasil no cenário mundial – “uma determinada trajetória pessoal diz sobre os momentos político, social e cultural em que ocorre” (Kessel, 2001, p. 19). A cidade, redesenhada para ser exibida como objeto valioso, sobretudo para os estrangeiros, era uma “vitrine”, uma percepção de urbe do seu “espelho”, no caso, Carlos Sampaio. Textos e obras refletiam uma nova imagem sobre a cidade, imagem mesma que o prefeito fazia de si próprio.

O arrasamento do Morro do Castelo e a Exposição Internacional foram as principais obras da gestão de Carlos Sampaio, justificando os debates



que se travavam sobre elas. Com tantos problemas a serem sanados, muitos condenavam o arrasamento como prioridade do prefeito, que desprezava as tradições e a história da cidade.

No processo de reconfiguração urbana orientado pelo modelo neoliberal de cidade, essa lógica se inverte na pós-modernidade. O receituário global estimula a “revitalização” de zonas portuárias e centros históricos degradados para o desenvolvimento socioeconômico das cidades. Na contramão da tendência das reformas urbanas do início do século XX, que viam na manutenção de alguns espaços históricos a permanência do atraso e um empecilho ao futuro promissor, o Porto Maravilha distancia-se dessa mentalidade, deslocando-se para a valorização de espaços representativos da formação da cidade.

Retomando a questão do arrasamento do Morro do Castelo, cresciam em números aqueles que defendiam a demolição em nome da ventilação, higienização e modernização. Mas, entre os obstáculos na preparação da cidade para receber um grande número de turistas, personalidades nacionais e estrangeiras que chegariam ao Rio para a Exposição Internacional, estava uma população pobre que morava nas áreas afetadas. Velhas casas e cortiços foram demolidos. Mais uma vez a questão da habitação entrou em cena. Tentando diminuir o impacto, Sampaio construiu na Tijuca e na Glória casas para os desalojados. A baixa qualidade das construções e o número insuficiente de casas, no entanto, geraram protestos, ignorados por um prefeito que se preocupava mais com a estética e as finanças das obras.

Carlos Sampaio desenvolveu um cenário próprio com o arrasamento do Morro do Castelo e o consequente aterro da área onde se instalou a Exposição Internacional. Com a ideia de impor uma nova ordem a esse espaço da cidade, Sampaio alterou a geografia do Centro do Rio em nome de uma paisagem outra, baseada na assepsia desejada internacionalmente.

A nova estética implicava situar, de forma mais definitiva, a cidade na lista internacional das grandes sedes de eventos e negócios. Uma moderna organização urbanística se integrou às reformas já feitas por Pereira Passos, valorizando o Centro da cidade para os olhos do estrangeiro. É curioso lembrar que, até 1970, era comum os cidadãos chamarem o Centro de “cidade”. A “cidade” era um bairro, o Centro. Lá estava toda a simbologia arquitetônica e financeira dos possíveis significados de cidade grande.

O Rio de Janeiro do início do século XX, a exemplo das exposições realizadas em Paris e em Londres no século XIX, também valorizou a monumentalidade como recurso material e simbólico que elevaria a cidade a um dos ambientes internacionais propícios ao capitalismo triunfante. Isso aconteceu a partir de uma autoimagem desejada pela elite brasileira contra o abismo existente entre a utopia do progresso europeu e o atraso colonial que marcava os países da América do Sul. Essa fórmula, associada à mistura cultural do Brasil, resultaria em um lugar acolhedor para os megaeventos internacionais sem deixar de lado a ideia de imagem de cidade próspera e preparada para receber milhões de pessoas ao mesmo tempo.

Em 7 de setembro de 1922 foi oficialmente aberta a Exposição Internacional do Centenário da Independência, com encerramento na primeira semana de julho de 1923. A área destinada à “Avenida das Nações” se estendeu do Palácio Monroe (demolido em 1976 para a passagem do metrô) até a Ponta do Calabouço. Entre os principais pavilhões construídos estava o Palácio das Indústrias, edifício que até hoje abriga o Museu Histórico Nacional. França, Estados Unidos, Inglaterra, México, Argentina, Itália, Portugal e Bélgica também apresentaram seus pavilhões e incrementaram a diplomacia política e comercial. Alguns pavilhões não ficaram prontos para a inauguração, mas a imprensa afirmava que a precariedade de algumas construções não tirou o brilho do evento.



Aos olhos do estrangeiro, a beleza, a ordem e o asseio apontavam para um Rio de Janeiro moderno e civilizado. O grande evento foi o espetáculo que simbolicamente consagrou o Rio de Janeiro uma cidade moderna, desejo que norteou a reforma Passos. Além da exposição de produtos industriais e agrícolas, o parque de diversões inspirado nos padrões europeu e americano, segundo Levy (2010), foi a grande atração. Entretenimento, indústria, tecnologia, arte, uma profusão de informação e sensações que aguçava os sentidos que acalentava os ideários da cidade moderna. O Brasil não poderia ficar de fora desse imaginário e, ainda que tardiamente, inscreveu-se na história da cultura e do comércio exterior com sua Exposição de 1922 e a Semana de Arte Moderna de São Paulo.

Segundo Abreu (2008), a gestão Carlos Sampaio ratificou o processo de valorização das áreas nobres da capital, que, mais uma vez, teve como consequência desapropriações e remoções da população não desejada nesses espaços. Representou “a época em que as preocupações com o valor de troca do solo urbano passam a figurar explicitamente nos planos municipais” (Abreu, 2008, p.78), visto que os melhoramentos valorizaram terrenos que a prefeitura pretendia adquirir.

Assim como a Exposição Internacional de 1922 se tornou o marco simbólico da “entrada” do Rio na lista das cidades modernas, houve uma importante construção discursiva governamental e midiática para que os Jogos Olímpicos de 2016 se imprimissem como o marco da “entrada” do Rio no mundo competitivo das cidades globais. Podemos pensar essa aproximação em Jaguaribe (2011), para quem os discursos sobre o par Copa - Jogos Olímpicos teciam uma nova imagem do Rio, visto que “esses eventos internacionais revelam desejos por uma cidade ideal, espetáculos da modernidade e imaginários midiáticos” (JAGUARIBE, 2011, p. 1). Estratégias midiáticas “vendiam” uma imagem de cidade para captar in-

vestimentos e turismo a partir do título de “Cidade Maravilhosa”, título que sempre esteve engendrado numa disputa pelos sentidos ao longo do tempo, sobretudo quando se trata de legitimação de grandes reformas urbanas.

Considerações finais

Nos diversos momentos de celebração ao Porto do Rio, percebemos um entrosamento entre os discursos jornalísticos e os institucionais, nos quais a imprensa reforça as opções de alteração que diferentes prefeitos fizeram na região da Praça Mauá no Rio de Janeiro. Ao nos debruçarmos sobre os projetos de Pereira Passos, Carlos Sampaio e Eduardo Paes, há uma certa coincidência no entusiasmo de grandes jornais da cidade do Rio de Janeiro, celebrando a inclusão ou a reinclusão da metrópole no cenário econômico internacional e global. Do Rio Internacional de Passos e Sampaio ao Rio Global de Paes, todas as reformas tiveram a intenção de valorizar a cidade como pólo econômico atraente a investidores de outros países.

Revisitar as duas primeiras grandes reformas urbanas do início do século XX foi necessário a partir da constatação de que os discursos do Porto Maravilha ressignificavam dizeres outros que significaram ao longo do tempo. Um ponto em comum perpassa a produção de sentidos dessas intervenções: a sobreposição do urbano apagando o social da cidade, pois elas são propostas (impostas) como solução para as demandas sociais. São projetos urbanos executados de forma autoritária e excludente, visto que interesses essencialmente capitalistas construíram discursivamente uma cidade ideal em detrimento da cidade real.

A retomada de tais momentos serve para apontarmos as práticas espaciais e sociais que cristalizaram certos significados sobre a cidade. Não propomos com isso uma reconstrução histórica, mas voltar o olhar ao passado nos possibilita observar aproximações e distanciamentos que atravessaram os discursos da “revitalização” da zona portuária do Rio de Janeiro.



REFERÊNCIAS

- ABREU, Mauricio de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2008.
- BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Hausmann Tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do Século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.
- FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. *SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.
- JAGUARIBE, Beatriz. *Imaginando a Cidade Maravilhosa: modernidade, espetáculo e espaços urbanos*. Porto Alegre: Revista Famecos, v.18, nº2, p. 327-347, 2011.
- KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.
- LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis – uma reflexão de autoestima*. Record, Rio de Janeiro. 2001.
- LEVY, Ruth. *A Exposição do Centenário e o meio arquitetônico carioca no início dos anos 1920*. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2010.
- ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- SENNETT, Richard. *Carne e Pedra*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

